

O ACORDO MERCOSUL-UE E OS IMPACTOS GERADOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA NO BRASIL

Herbet Vinicius Soares Gaspar¹³

Márcia Batista da Fonseca¹⁴

Hilton Martins de Brito Ramalho¹⁵

RESUMO

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Européia (UE) estão discutindo desde 1995 a formação de uma área de livre comércio dada a característica de complementaridade da produção entre os blocos: o MERCOSUL eficiente na produção de *commodities* agrícolas e a UE eficiente em bens intensivos em capital e tecnologia. O presente estudo analisa o impacto da formação do MERCOSUL e a retirada das barreiras comerciais, sobre o mercado de trabalho agrícola no Brasil. A pesquisa descreve o comportamento do emprego formal, nos setores produtores de café, açúcar, carnes, fumo, soja e suco de laranja, que são as principais *commodities* brasileiras exportadas para a UE entre 2000-2007. Para tanto foi usado um modelo *Log-Log* que relaciona o grau de influência que o aumento das exportações exerce sobre o nível de emprego. Percebe-se que, um aumento na demanda por trabalho pode decorrer devido a aumentos das exportações estimulados pela eliminação das barreiras. Conclui-se que a participação do Brasil no MERCOSUL provocaria um crescimento na absorção da mão-de-obra nos setores produtores das principais *commodities* agrícolas, mesmo naqueles que sofreram alguma deterioração nas suas exportações.

Palavras-chaves: MERCOSUL. Exportações Agrícolas. Emprego.

ABSTRACT

Southern Common Market (MERCOSUL) and the European Union (EU) have been negotiating since 1995 the formation of a free trade area given the characteristic of complementarity regarding the production of the blocks: MERCOSUL is efficient in the production of agricultural commodities and the EU is efficient in intensive goods in respect of capital and technology. The present study analyzes the impact of the formation of MERCOSUL and the withdrawal of trade barriers on the agricultural job market in Brazil. The research describes the behavior of the formal employment in the coffee, sugar, meat, tobacco, soy and orange juice sectors, which are the main Brazilian commodities exported to the EU in the 2000-2007 period. We used the *Log-Log* model to relate to the influence that the increase of exports exercises on the employment level. It is noticed that an increase in the demand for work can elapse due to export increases stimulated by the elimination of the barriers. It is concluded that the participation of Brazil in MERCOSUL would provoke a growth in the absorption of manual labor in the main agricultural commodities producing sectors, even in those that suffered some deterioration in its exports.

Key-words: MERCOSUL. Agricultural exports. Employment.

¹³ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (2008). gasparvino@hotmail.com.

¹⁴ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1995), mestre em Economia da Empresas pela Universidade Federal da Paraíba (1999) e doutora em Economia Internacional pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). mb_marcia@hotmail.com

¹⁵ Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). hiltonmbr@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização cada vez mais intenso e a conseqüente necessidade de integração dos países, como forma de alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento, têm impellido às nações a urgência em elaborar políticas de liberalização e construção de acordos comerciais - veículos de inserção na nova ordem mundial.

É nesse cenário que o Brasil e os países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) iniciaram desde 1995 um processo de negociação para formalização de uma parceria estratégica com a União Européia (UE). Essas negociações foram intensificadas a partir de 2000 sendo realizado em 2005 o mais recente e improdutivo encontro até então, dadas as dificuldades de redução das barreiras comerciais da União Européia, principalmente no que diz respeito ao setor agrícola.

O panorama que se esboça, a partir disso, suscita indagações acerca dos resultados dessas políticas de integração regional sobre os diversos aspectos da economia dos países. A formação destes tipos de acordos tem efeitos dinâmicos diretos sobre a estrutura do emprego e da remuneração do fator trabalho.

O comércio com a UE é de fundamental importância para o MERCOSUL, visto que o bloco europeu é o seu principal parceiro comercial. Nessa direção, é importante ressaltar a representatividade do Brasil dentro do MERCOSUL que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é detentor de 72% do território, 80% da população e 81% do Produto Interno Bruto (PIB) do bloco. Caso se considere apenas os Estados-membros e admitindo-se os países associados, o Brasil ainda representa mais de 75% do PIB.

De acordo com dados do Gabinete de Estatísticas da União Européia - EUROSTAT (2008), a participação média do Brasil nas exportações do MERCOSUL destinadas à UE foi de 75% entre 2000-2007. O crescimento das vendas de *commodities* brasileiras no período de 2000 a 2007 para a UE foi da ordem de 140%, segundo o Anuário Intercâmbio Internacional do Agronegócio divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essas exportações representaram em média 55% do total exportado para UE de 2000 a 2007.

A teoria neoclássica do comércio internacional tem sido utilizada como referencial para análises de efeitos de política comercial externa sobre o comportamento do mercado de trabalho. Arbache e Corseuil (2004) mostram que as mudanças nas políticas externas provocam substanciais impactos sobre a alocação setorial do emprego e nos salários de acordo com as acepções descritas nos teoremas de Heckscher-Ohlin (HO) e Stolper-Samuelson (SS).

A literatura tem mostrado a intensa relação entre a política comercial externa e a estrutura de emprego e salário, contudo, vale ressaltar que os estudos

em geral têm focado as questões relativas aos resultados distributivos, ou seja, identificando que setores têm elevações de salários e quais apresentam aumento no desemprego. Para tanto, têm sido consideradas as trocas entre países desenvolvidos e emergentes e os fatores elencados são o trabalho qualificado e o não qualificado.

O Brasil apresenta vantagens no comércio internacional dado que os bens agropecuários são intensivos em recursos naturais e mão-de-obra não qualificada que, por sua vez, são abundantes no Brasil relativamente a outros fatores, como mão-de-obra qualificada, por exemplo.

As principais commodities exportadas pelo Brasil para a UE entre 2000 e 2007 foram açúcar, café, fumo, complexo da soja, suco de laranja e carnes de aves e bovina. De acordo com EUROSTAT (2008), esses produtos corresponderam em média a 71% das exportações agrícolas brasileiras para a UE no período em estudo.

Dado esse contexto, o problema desta pesquisa pode ser elaborado no seguinte questionamento: quais seriam as prováveis repercussões da concretização do MERCOSUL sobre o emprego formal das principais commodities brasileiras exportadas para a UE?

O objetivo central do estudo é investigar quais os impactos sobre o emprego rural no Brasil supondo-se a formação do MERCOSUL (MERCOSUL-EU) e eliminação das restrições comerciais entre 2000-2007. Para tanto, a pesquisa se utiliza de um modelo *Log-Log* que apresenta o grau de relação entre as variáveis: nível de emprego e exportações, nos setores produtores de açúcar, café, fumo, complexo da soja, suco de laranja e carnes de aves e bovina.

Além desta introdução, este estudo apresenta uma descrição do Modelo neoclássico do comércio internacional, uma breve revisão da literatura que relaciona o comércio e o emprego agrícola e ainda apresenta descrições sobre o emprego e as exportações agrícolas no Brasil entre 2000-2007. Além disso, a última sessão apresenta a estratégia empírica do trabalho e os resultados obtidos, seguidos pelas conclusões e referências.

2. O MODELO DE HECHSCHER-OHLIN E A RELAÇÃO ENTRE AS EXPORTAÇÕES E O EMPREGO

A Teoria de Comércio Internacional desenvolvida no início do século XX por Eli Heckscher e Bertil Ohlin enfatiza o propósito das trocas entre as nações com base no princípio das vantagens comparativas desenvolvido por David Ricardo no séc. XIX. Para Ricardo, a assimetria da produtividade da mão-de-obra internacional determinava as vantagens na produção de certos bens em cada país.

A Teoria de *Heckscher – Ohlin (H-O)* ressalta as diferenças nas dotações de recursos dos países como a fonte principal de determinação de comércio. O modelo que ficou conhecido como “O Modelo 2x2x2”. Nesse esquema, dois países (A e B) produzem dois bens (X = alimentos e Y= tecidos), utilizando dois fatores de produção: mão-de-obra (L) e terra (T). A análise pressupõe que todos os mercados operam em concorrência perfeita; os bens são valorados pela teoria do valor-utilidade e os bens são produzidos com intensividade de insumos em proporções diferenciadas.

Acrescente-se a suposição de que a produção do bem X é intensiva em terra ao passo que a produção do bem Y é intensiva em mão-de-obra e que o país A, em relação ao país B, tem maior dotação de terra; na contramão, o país B tem mão-de-obra abundante em relação ao país A. Outra suposição é a de que a combinação ótima dos fatores na produção de cada bem, nos respectivos países, é feita com base nos custos desses fatores e, que esses preços são determinados com base na oferta e demanda dos mesmos no mercado interno.

Pode-se tomar a como exemplo, a União Européia e o MERCOSUL como os países A e B e adotar como uma simplificação dessa medida de abundância de fatores terra e trabalho, a densidade demográfica, quantidade de habitantes por quilômetro quadrado de território, desses blocos.

Segundo o EUROSTAT (2008), a UE possui uma densidade demográfica de 114 hab/km² é, portanto, dotada de abundante mão-de-obra e produtora de tecidos se comparada ao MERCOSUL, cuja densidade demográfica é de 22 hab/km², ou seja, menos habitantes por território, o que evidencia sua abundância relativa de terra e escassez relativa de mão-de-obra tornando-o, então, de acordo com a teoria, detentor de vantagens na produção de alimentos.

O modelo H-O evidencia, então, que a razão da existência de vantagens comparativas e a especialização na produção de determinado(s) bem(s) por um país está nas vantagens que se originam a partir da dotação que cada país tem dos fatores demandados intensivamente na produção de cada bem. Isso ocorre na medida em que a abundância ou não do fator se reflete nos preços desses fatores e também nos preços relativos dos bens neles intensivos no comércio externo.

Nesse caso, retomando o exemplo do MERCOSUL e da UE, pode-se supor que o primeiro especializar-se-ia na produção de alimentos em detrimento da produção de tecidos, posto que todos os recursos estejam alocados plenamente nessa economia. A UE, por sua vez, ampliaria sua produção de tecidos reduzindo a quantidade de fatores empregados na produção de alimentos, realocando-os na produção de tecidos.

O modelo neoclássico enfatiza o papel do comércio internacional no sentido de suprir carências de fatores entre os países. Isto é, através do comércio

internacional as nações importam e exportam fatores que localmente são, respectivamente, escassos ou abundantes. Quando um país importa um determinado bem, ele está indiretamente importando o fator de produção que aquele bem demanda intensivamente e que no país importador é escasso. O inverso ocorre com as exportações.

2.1 Revisão da literatura sobre a relação emprego e exportações e o acordo comercial entre o MERCOSUL e a EU

A literatura de comércio internacional sob a ótica neoclássica sugere uma forte relação entre a política comercial externa e a estrutura de emprego e salário. Os estudos em geral têm destacado a importância dessa ligação nas repercussões distributivas do comércio internacional sobre a remuneração dos trabalhadores investigando quais setores têm sido beneficiados e quais os que têm sido prejudicados.

Por outro lado, a maioria dos trabalhos, também de forma genérica, tem utilizado o padrão de trocas entre países desenvolvidos e emergentes como base e a mão-de-obra qualificada e não qualificada como os fatores receptores do impacto desse comércio.

Currie e Harrison (1997) e Marquez e Pages (1997) destacam a baixa correlação entre a liberalização comercial e o nível de emprego encontrado com base em suas análises no Marrocos e 18 países latino-americanos respectivamente. Rama (1994) encontrou resultados significativos para o Uruguai ao comparar a liberalização comercial e nível de emprego na manufatura.

Hanson e Harrison (1999) observaram um efeito insipiente de tarifas sobre emprego e renda para o México e Marrocos enquanto Revenga (1997) identificou relação expressiva entre a liberalização comercial e os salários daqueles que trabalhavam nos setores protegidos da economia e insignificantes para o nível de emprego.

Arbache e Coseuil (2004) ao analisarem os impactos do comércio internacional e das tarifas sobre o emprego e as remunerações do setor manufatureiro brasileiro encontraram resultados que apontam para choques diferenciados para o salário e o emprego: correlação negativa entre coeficiente de penetração de importações e absorção de mão-de-obra, o que corrobora com a teoria de HO; e correlação também negativa entre intensidade das exportações e prêmio salarial interindustrial.

Gurgel, Bitencourt e Teixeira (2002) analisam comparativamente os impactos da formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e do MERCOSUL, focando o Brasil. Ressalte-se que nessa investigação os estudos

sugerem que a formação do MERCOSUL elevaria a produção de outras culturas (soja, café e cana-de-açúcar) em 15,07% e alimentos e produtos animais em 4,33% e 3,78%. Além disso, provocaria um aumento de 149,18% nas exportações de outras culturas e 32,74% na de alimentos.

Kume et al (2006) analisam a formação do MERCOSUL com o objetivo de avaliar os impactos sobre o comércio exterior brasileiro. Utilizando um modelo de equilíbrio parcial computável concluem um acordo de livre comércio promoveria entre as partes “uma maior exploração das vantagens comparativas respectivas, induzindo as economias a um elevado grau de especialização e a alocação eficiente de seus recursos”. Mesmo assim, ainda apreendem um desequilíbrio nos ganhos de comércio causados pela resistência à abertura no setor agroindustrial europeu.

Sá, Porto e Azzoni (2005) fazem um estudo para identificar o grau de importância para os estados brasileiros do comércio com o MERCOSUL a UE e para o MERCOSUL. A partir de um modelo econométrico identificam a UE como um destino significativo para as exportações estaduais ao contrário do MERCOSUL. O resultado é que o MERCOSUL não geraria impactos profundos para as economias no âmbito estadual.

3. O MERCOSUL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E FORMAÇÃO

Em 15 de novembro de 1995 os países membros dos blocos econômicos MERCOSUL e União Europeia assinaram, na Espanha, o Acordo-Quadro Inter Regional de Cooperação cujo objetivo fim era, e é, a liberalização do comércio de bens e serviços através do estabelecimento de uma área de livre comércio entre os blocos. Além do propósito econômico e comercial do Acordo-Quadro, uma proposta de cooperação econômica e diálogo político são elementos que compõem a discussão e que apontam para um interesse em aproximar as nações no que se refere também a aspectos técnicos e sócio-políticos.

Na apresentação do projeto de cooperação com a comissão Europeia é clara a determinação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC) em contribuir com o diálogo sobre o tema ao ressaltar a importância do mercado consumidor europeu que atinge mais de 500 milhões de habitantes e que a UE é o destino mais importante para as exportações do Brasil e o maior investidor no país. Além disso, destaca-se a importância que a UE vem assumindo no cenário mundial como bloco político, na medida em que seus 27 Estados-membros falam através de uma só voz.¹⁶

¹⁶<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sti/proAcao/ProjCooperComEuropeia/ProjCooperComEurope.php> Disponível em: 18/07/2008.

O interesse no acordo parte do fato de os blocos manterem uma relação de complementaridade econômica. Grilli (1993) apud Kume et al (2004) observa que essa característica de complementaridade permite projetar um forte comércio potencial entre ambos. Essa relação justifica-se, como discutido anteriormente, pelas vantagens comparativas determinadas pela abundância ou escassez de fatores intensivos na produção dos bens alvo do comércio.

Embora a questão da complementaridade seja um forte argumento em prol da formalização do MERCOSUL, diversos pontos de divergência têm obstruído o desenvolvimento das discussões. Os principais desacordos são os relativos à regulação de transição da indústria de alguns países integrantes do MERCOSUL que possibilite uma passagem sem traumas tendo em vista a competitividade da indústria europeia e a questão agrícola, fundamental para o MERCOSUL, uma vez que os produtos agrícolas têm uma participação média de 55¹⁷% nas exportações do MERCOSUL para a União Europeia e esse bloco impõe diversos tipos de barreira (tarifárias e não tarifárias) e subsídios aos produtos estrangeiros desse setor.

Em 2000, o Comitê de Negociações Birregionais (CNB) e um Subcomitê de Cooperação para conduzir as negociações do Acordo Birregional MERCOSUL-UE, reuniram-se em Buenos Aires para iniciar as negociações, os resultados alcançados foram promissores, muito embora não tenha havido acordo quanto à questão agrícola.

Em 2003, o MERCOSUL apresentou uma proposta tendo como base a criação de cinco categorias diferentes, assim como uma categoria com preferência fixa, ou seja, uma tarifa constante de 20% e outra categoria como não definida. Essas categorias são apresentadas no quadro 1. Cada categoria tem um grau de liberação tarifária que se estende a um período máximo de dez anos.

A proposta da EU, em seu primeiro estágio, considerava o comércio de bens, serviços e compras governamentais, assim como disciplinas relativas ao comércio, saber: práticas *antidumping*, medidas sanitárias e fitossanitárias, de salvaguarda e valoração aduaneira. Todavia, vale ressaltar que tais disciplinas serão avaliadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). As categorias estão cronologicamente dispostas como no Quadro 2

¹⁷ De acordo com dados do MDIC (2007).

Quadro 1: Calendário de reduções tarifárias proposto pelo MERCOSUL, por categorias de produtos (%)

Proposta MERCOSUL											
Categoria / ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A (Produtos Industrializados)	100										
B (Alimentos processados)	50	50	100								
C (Produtos químicos)	11	22	33	44	55	66	77	88	100		
D (Animais Vivos)	0	10	15	25	30	40	50	60	70	85	100
E (Produtos Agrícolas)	0	0	10	15	25	35	45	55	70	85	100
Preferência Fixa	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Não Definido											

Fonte: Departamento de negociações Internacionais, Ministério das Relações Exteriores.

Quadro 2: Calendário de reduções tarifárias proposto pela União Européia, por categorias de produtos (%).

Proposta - União Européia											
Categoria / ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A (Produtos Industrializados)	100										
B (Alimentos processados)	20	40	60	80	100						
C (Produtos químicos)	12,5	25	37,5	50	62,5	75	87,5	100			
D (Animais Vivos)	9	18	27	36	45	54	63	72	81	90	100
E (Produtos Agrícolas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preferência Fixa	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Preferência Fixa	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Quota tarifária adicional (variável)											
Não definido											

Fonte: Comissão Européia.

Essa proposta também apresenta cinco categorias que vão de A a E, produtos com preferência fixa de 20% e 50% e quotas tarifárias adicionais que variam dependendo das concessões agrícolas aceitas pela UE. As categorias de preferência fixas traduzem-se em percentual tarifário a que os bens nela incluídos estarão sujeitos até os 10 anos da proposta.

Apesar das melhorias nas propostas, as negociações para conclusão do acordo ainda dependem do debate acerca da ampliação de acesso ao mercado europeu para as exportações do agronegócio do MERCOSUL tendo como contrapartida o alargamento do mercado alvo do governo e empresas européias (SOARES, 2006).

4. O COMÉRCIO DE BENS AGRÍCOLAS ENTRE O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPEIA

A relação comercial entre o MERCOSUL e a União Européia é caracterizada por severas assimetrias: a indústria européia com substancial acesso ao mercado do MERCOSUL enquanto este com participação pouco expressiva no mercado europeu. Enquanto o MERCOSUL responde por menos de 2% dos fluxos comerciais europeus, a UE destaca-se como o seu primeiro parceiro extra-regional, responsável por cerca de 25% dos fluxos externos totais, conforme dados do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (Intal) para o ano de 1998. Os gráficos 1 e 2 apresentam a participação do Brasil nas exportações e importações da UE entre 2000-2007, respectivamente.

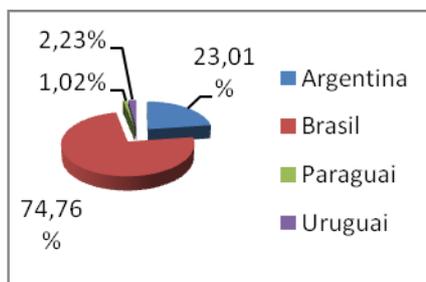


Gráfico 1 Participação do Brasil nas exportações do MERCOSUL para a UE entre 2000-2007(%)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT (2008).

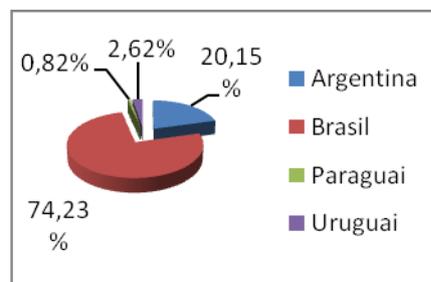


Gráfico 2 Participação do Brasil nas importações do MERCOSUL para a UE entre 2000-2007(%)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT (2008).

De acordo com o EUROSTAT (2008) as exportações do MERCOSUL para a UE, que em 2000 somavam quase 38 bilhões de dólares, chegaram a 2007 totalizando quase 65 bilhões. Um aumento de cerca de 70,5%. As importações saltaram de quase 37 bilhões em 2000, para pouco mais de 43 bilhões de dólares, o que representa um aumento de 16% no total importado. Nesses números o Brasil tem apresentado uma participação extremamente relevante.

Nos oito anos do período em análise, o Brasil foi responsável, em média, por 75% das exportações e 74% das importações do MERCOSUL destinadas à União Européia. As exportações de bens agrícolas brasileiros representam importante percentual das exportações totais cujo destino é a União Européia, verifica-se que o fluxo de exportações totais do Brasil foi, no período de 2000 a 2007, em média, de quase 85 bilhões de dólares. Desse total, 26%, ou uma média de 22 bilhões de dólares teve como destino a União Européia, número que embute um envio médio 12,5 bilhões de dólares em produtos do agronegócio.

Aproximadamente 71% da composição das exportações do agronegócio brasileiro, em média, entre 2000-2007, foi constituída por vendas de soja, açúcar, café, fumo, suco de laranja, carne de aves e bovina. De acordo com o AGROSTAT (2008), a soja, por exemplo, implicou percentual de 25,1% das exportações brasileiras para a UE. As carnes foram responsáveis por 14,8%, destaque para a carne bovina (6,7%) e para as carnes de aves (7,2% no total). O café exprimiu 10,2% do total exportado. O suco de laranja totalizou quase 1,5 bilhão de dólares o que significa 6,7% do total da receita originada na exportação do agronegócio para UE. O fumo 4,5% e o setor sucroalcooleiro 2,9%. A tabela 2 traz valores das exportações brasileiras de 2000 a 2007.

Tabela 3: Exportações brasileiras totais, do Agronegócio e dos bens selecionados para UE. (Valores em US\$).

ano	Exportações totais do Brasil	Exportações para União Européia	Export. Agronegócio para UE	Bens selecionados*
2000	55.118.919.865	15.346.022.58	8.347.243.893	5.761.505.662
2001	58.286.593.021	15.487.553.29	9.095.475.768	6.610.089.717
2002	60.438.653.035	15.608.902.48	9.271.621.354	6.680.658.936
2003	73.203.222.075	18.816.320.90	11.355.129.51	8.100.096.485
2004	96.677.498.766	24.675.714.30	13.710.808.19	9.758.332.941
2005	118.529.184.899	27.039.479.91	14.473.133.73	10.530.669.690
2006	137.807.469.531	31.044.979.74	15.953.692.22	11.104.066.092
2007	160.649.072.830	40.428.035.64	20.894.043.80	13.777.565.625
Médias:	84.940.360.421	21.746.017.60	12.532.968.85	8.929.214.713

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC/SECEX (2008) e do AGROSTAT (2008).
 Nota: * os bens selecionados neste estudo foram: café, açúcar, carnes, fumo, soja e suco de laranja.

Não obstante o crescimento do comércio entre os blocos, as barreiras impostas às exportações brasileiras pela União Européia ainda são importantes obstáculos para o desenvolvimento desse comércio com ganhos maiores para o Brasil e o MERCOSUL. Isso porque os principais alvos dessas barreiras são os bens cuja produção é competitiva.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, através da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o complexo soja, por exemplo, além de ter a concorrência européia diretamente subsidiada pelos diversos programas contidos na Política Agrícola Comum¹⁸ e pela Organização Comum do Mercado Agrícola (OCM)¹⁹, ainda é taxada nas importações de óleo, com alíquotas entre 3,8 a 9,6%.

Ainda segundo o MDIC, o café, embora isento de tarifas quando importado em grãos, é taxado em 9% quando é importado no formato solúvel e sofre com as isenções concedidas a terceiros países e a política de quotas.

¹⁸ Política de subsídio às exportações européias. De acordo com Krugman e Obstfeld (2004), a PAC começou como uma política de preços mínimos, em que a União Européia adquiria os produtos com o objetivo de evitar a queda dos preços abaixo de determinados patamares estabelecidos. A partir dos anos 70, esses níveis elevaram-se muito e os países da União Européia passaram a produzir mais do que a demanda efetiva, gerando grandes excedentes de alimentos, que eram comprados e estocados. A saída da UE foi a adoção da política de subsídio às exportações (SOARES, 2006).

¹⁹ Políticas setoriais específicas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola.

A carne bovina é alvo de barreiras sanitárias e fitossanitárias, além de altas tarifas, quotas tarifárias, subsídios e ajuda interna da OCM. A tarifação chega a 114,52% *ad valorem*. Em 2000 somando-se os subsídios às exportações da OCM e os valores destinados a título de ajuda interna da mesma organização totaliza-se quase 6 bilhões de euros subsidiando a produção da carne bovina na UE.

A carne de frango também é atingida por altas tarifas, quotas tarifárias, subsídios e ajuda interna da OCM. A tarifa imposta é correspondente a 46,25% *ad valorem* sobre as importações de carne de frango, os subsídios para esse tipo de produção: mais de 300 milhões de euros em 2000.

O açúcar sofre restrições do tipo quota tarifária, subsídios, isenções concedidas a terceiros países e ajuda interna da OCM. A tarifação chega a 66,39% *ad valorem*. Além disso, os subsídios à exportação desse tipo de produção somado a ajuda interna da OCM totalizam, em 2000, mais de 2 bilhões de euros.

A importação do suco de laranja é limitada pelas quotas tarifárias e tarifas médias elevadas que chegam a 33,6% *ad valorem*. Já o fumo é submetido a barreiras tarifárias que variam de 3% a 32%, além disso, o setor é subsidiado com a ajuda interna da OCM.

5. O AUMENTO DO EMPREGO RURAL NO BRASIL E A RELAÇÃO COM O AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

O agronegócio é um setor de importância histórica para o Brasil e sempre teve substancial participação na geração de emprego e renda na economia brasileira. Atualmente, considerando o desenvolvimento tecnológico do qual tem lançado mão, esse setor tem atraído profissionais qualificados. Destarte, tem sido visto como uma área de vastas oportunidades de trabalho.

Segundo a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) 35% dos empregos gerados no Brasil concentram-se nesse setor, o que representa cerca de 12% da População Economicamente Ativa (PEA). A agropecuária assumiu o terceiro lugar entre 46 setores da economia com maior potencial de geração de empregos, perdendo apenas para os setores serviços e fabricação de vestuário. Àquela época, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), citado pela CNA, para cada R\$ 10 milhões investidos na produção agrícola, 828 novos empregos eram gerados. Já segundo o IBGE, em 2006, 17,2 milhões de brasileiros estavam empregados no agronegócio. Um percentual expressivo de 19,3% da PEA daquele ano.

De acordo dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), entre 2000-2007, o emprego formal relacionado à produção agropecuária apresentou crescimento superior aos

demais setores. O número de empregados formais envolvidos no setor agropecuário aumentou 56% entre 2000-2007.

Observe-se a tendência identificada de crescimento do nível de emprego formal no setor agrícola. Esse fato pode ser relacionado, de acordo com a teoria de Heckscher-Ohlin, com o aumento progressivo das exportações de *commodities* nesse mesmo período. Segundo estatísticas do Banco Central (BACEN), só para União Européia, de 2000 a 2007, o somatório das exportações do complexo da soja mais carnes bovina e de aves, café, suco de frutas, fumo e seus produtos, complexo sucroalcooleiro e suco de laranja aumentaram de 5,7 bilhões para 13,7 bilhões em 2007. Os gráficos 4 e 5 apresentam a evolução no emprego e nas exportações agrícolas brasileiras entre 200-2007.

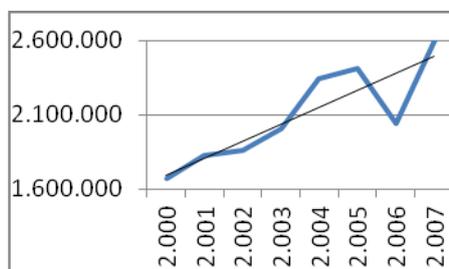


Gráfico 4 Emprego na Agropecuária.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CAGED/MTE (2008).

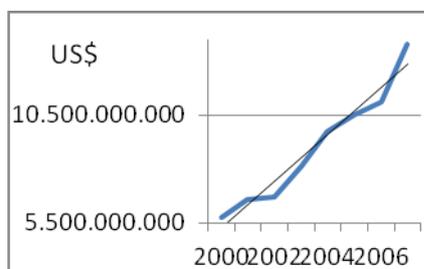


Gráfico 5 Somatório (em US\$) das exportações agrícolas. Fonte: Elaboração própria do EUROSTAT (2008).

Outro dado importante, relativo à renda do emprego, que também corrobora com as previsões do modelo que norteia esse trabalho é o preço médio pago pelo produtor pela mão-de-obra. De acordo com o IPEADATA e a FGV/Agroanalysis, esse preço que no ano de 2000 era de quase R\$ 300 elevou-se para mais do que o dobro: R\$ 605 em 2007 (preços constantes, base 1994).

O modelo HO pressupõe que um aumento nas exportações do bem cuja produção é intensiva em fatores abundantes localmente no país reflete-se na elevação do preço desses fatores, no caso em análise, a mão-de-obra. Essa disposição ascendente do comportamento das exportações, do nível de emprego e do preço médio do trabalho reflete aspectos teóricos relevantes descritos por Heckscher-Ohlin que arrogam sentidos ao Teorema de Equalização dos Preços dos Fatores e ao Teorema de Proporção dos Fatores.

5.1. A relação entre o emprego e as exportações de carne bovina e de aves, fumo, suco de laranja, açúcar, café e soja

De acordo com o EUROSTAT (2008), as exportações de soja para UE, cresceram 18%, açúcar 59%, café 28%, carne bovina 133%, suco de laranja, fumo e carne de aves apresentaram variações positivas nas suas receitas com exportação para UE de mesma montante: 18%, entre 2000-2007. Os gráficos 6 e 7 sintetizam o comportamento do emprego e das exportações.

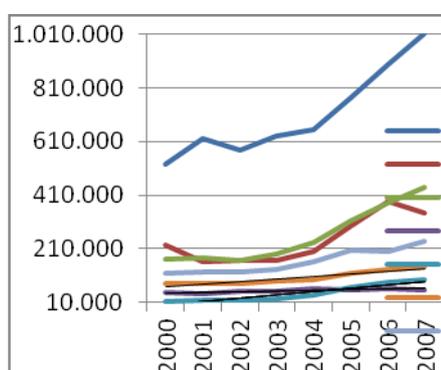


Gráfico 6 Número de trabalhadores formais nos setores produtores de *commodities*.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CAGED/MTE (2008).

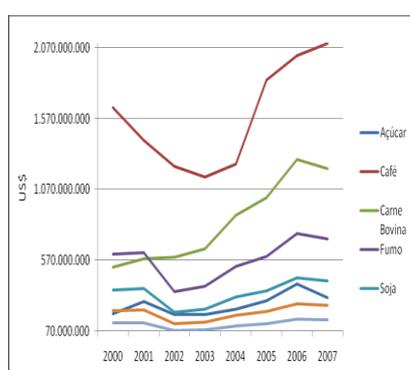


Gráfico 7 Exportações para União Européia – principais *commodities* – em US\$

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT (2008).

Os dados do CAGED/MTE revelam que o emprego com carteira assinada de trabalhadores envolvidos com o cultivo, refino e moagem de cana-de-açúcar e usinas aumentou 92%; os empregos formais no cultivo, torrefação e moagem de café elevaram-se 53%; os setores de criação, abate e preparação de carne bovina também incrementaram o número de trabalhadores expressivamente, 158% entre 2000-2007 e uma média de 14,4% ao ano.

Os empregados envolvidos na criação, abate e preparação de carne de aves também tiveram as oportunidades dobradas no setor: um aumento percentual de 100,53%. O cultivo de soja demandou um aumento substancial no número de empregados, a quantidade de trabalhadores aumentou 787%.

O emprego cresceu substancialmente também no setor de cultivo de frutas cítricas (entre elas a laranja) e na produção de sucos: 84%; no cultivo e fabricação de produtos de fumo a elevação dos postos de trabalho formais foi de 29% entre 2000-2007 (veja-se Tabela 3).

Entre 2000-2007 no Brasil, o aumento na quantidade de empregos gerados, correlatos à produção dos bens estudados nesta pesquisa, foi superior ao crescimento das receitas com exportação desses produtos para União Européia. Esse comportamento pode ser um indicativo de que o mercado de trabalho responde positivamente aos estímulos do comércio externo e numa magnitude mais elevada.

Esse indício, por sua vez, aponta um caminho para as expectativas que podem ser elaboradas com relação à retirada das barreiras comerciais, a formação do MERCOSUL promoverá havendo eliminação das barreiras comerciais um aumento da demanda externa que se traduz em aumento da produção interna e da demanda por fatores, incluindo a mão-de-obra.

Tabela 3: Percentual de crescimento das exportações e do emprego dos setores correlatos ao produto (2000 – 2007) - %.

Produto	Aumento das exportações	Aumento do emprego
Açúcar	59%	92%
Café	28%	53%
carne bovina	133%	158%
Fumo	18%	29%
Soja	18%	787%
suco de laranja	18%	84%
Aves	18%	100%

Fonte: Elaboração própria com base em informações do EUROSTAT e CAGED/MTE.

As teorias que analisam a determinação do nível de emprego em geral consideram diversas variáveis tais como: produção, salário real entre outras²⁰. Nesse estudo busca-se identificar, de modo preliminar, a sensibilidade do emprego nos setores ao aumento na produção, causado pelo aumento na demanda originado pelas exportações para dados mensais de 2000 a 2007²¹.

²⁰ Lopes e Vasconcelos (2000), por exemplo, consideram razoável supor que as empresas demandem trabalhadores com base no salário real e nas expectativas de vendas que elaboram, isto é, o produto esperado. Acrescentam ainda: o produto corrente e potencial. Dessa perspectiva, o nível de exportações que está incluído como um dos componentes do produto corrente realmente tem uma baixa representatividade.

²¹ Neste caso foi criado um banco de dados (Programa Econométrico STATA 10), composto por 96 observações, que correspondem ao levantamento mensal a partir de Janeiro de 2000 até Dezembro de 2007 dos dados relativos às exportações e emprego na produção dos bens específicos da análise.

5.2 Estratégia empírica: calculando a sensibilidade do emprego às exportações

De acordo com Gujarati (2005), a análise de correlação procura aferir a intensidade ou o grau de associação linear entre duas variáveis revelando a dependência linear entre os valores das séries, no entanto, essa medida não implica necessariamente qualquer relação de causa e efeito.

O coeficiente de correlação linear (R) varia entre -1 e 1, isto é, $-1 < R < 1$. O que se espera com base no modelo HO é que esse coeficiente seja próximo de 1 e seja positivo uma vez que aumentos nas exportações implicam crescimento da produção e da demanda por mão-de-obra. A tabela 4 apresenta os resultados para a correlação entre emprego e exportações.

TABELA 4. Coeficientes de Correlação Linear entre emprego e exportações de cada setor.

	soja	fumo	açúcar	café	suco de laranja	carne bovina	carne de aves
Jan/2000							
à	0,131	-	-0,024	0,230	-0,1496	0,8257	0,5700
Dez/2007	1	0,1047		0			

Fonte: Elaboração Própria.

O cálculo do coeficiente de correlação revela que há um grau de associação linear bastante intenso entre as variáveis emprego e exportações relativas a carne bovina e de aves, 0,82 e 0,57 respectivamente. Nos setores produtores de soja e café essa correlação é menos intensa, mas existe e é positiva conforme apregoa a teoria de HO. Isso pode ser um indício de que as exportações se constituem um fator determinante para o emprego nessas áreas. Para os setores que produzem fumo, açúcar e suco de laranja esse coeficiente não se ajusta ao modelo uma vez que apresentam uma correlação frágil e negativa. A assimetria entre esses coeficientes também pode sugerir a existência de diferenças tecnológicas nos setores.

Outra maneira de se aferir a intensidade dessa relação em cada segmento é através da análise de regressão. Diferentemente do coeficiente de correlação, a regressão trata de modo assimétrico as variáveis dependentes e explicativas. Nesse caso a variável dependente tem um componente estocástico, isto quer dizer, é aleatória.

Como a teoria HO permite inferir que as exportações têm impactos positivos sobre a produção dos bens nos quais o Brasil é competitivo e que esse

incremento na produção gera um aumento na absorção de mão-de-obra nos setores específicos, pode-se deduzir que o nível de emprego é função das exportações no setor²².

Supõe-se então uma relação linear, entre as variáveis, de modo que o emprego (N) se relacione linearmente com a variável explicativa exportação (X), e nesse sentido, Gujarati (2000) propõe como método de medida o Modelo *Log-log*, que pelo efeito marginal indica o quanto, em termos percentuais o emprego, a variável dependente, se modifica havendo um incremento de 1% nas exportações, variável explicativa.

Para esse modelo os dados foram postos numa escala logarítmica assumindo o formato:

$$\ln Y = \alpha + \beta \ln X + \sum_{i=2}^{12} \delta_i D_i + \varepsilon \quad (1)$$

Em que $\ln Y$ é logaritmo natural da variável dependente emprego, $\ln X$ é o logaritmo natural da variável explicativa exportações, D_i representa 11 variáveis dummies mensais, assumindo o valor 1 no respectivo mês e 0 caso contrário, α , β e δ_i parâmetros a serem estimados e ε um termo estocástico.

Ainda optou-se por utilizar os dados em quantidades exportadas ao invés de unidades monetárias com o intuito de dirimir a influência de outras variáveis, como taxa de câmbio e inflação, que pudessem comprometer os resultados do modelo.

É válido, com isso, salientar que a tendência crescente das exportações também se verifica no *quantum* exportado, com exceção do suco de laranja que apresenta, a partir de 2005, uma tendência declinante, sem, no entanto, repercussões negativas na receita ou na sua participação expressiva na pauta de exportação para UE.

O setor agrícola também se caracteriza pela sazonalidade de suas atividades. Nos períodos de safra o número de trabalhadores cresce junto com o aumento da produção e o inverso ocorre na entressafra. Para efetuar o ajuste sazonal foram utilizadas variáveis *dummies* mensais nas regressões (GUJARATI, 2005)²³.

²² É importante salientar que essa é a proposta do modelo foco desta análise que caminha no sentido de apreender o grau de relação entre emprego e exportações nos setores estudados. Isso não se traduz na afirmação de uma dependência simples e direta do emprego em relação à exportação, obviamente há outras variáveis que afetam tanto o emprego quanto a produção cujos impactos, sobre essas variáveis, no modelo é entendido como absorvido pela perturbação estocástica

²³ O mês de Janeiro foi considerado como categoria de referência.

A tabela 5, a seguir, apresenta as estimativas β (elasticidade emprego-exportação), obtidas a partir do modelo de regressão linear para dados mensais de 2000 a 2007.

Os resultados das regressões novamente apontam o comportamento das variáveis relativas aos produtos carne bovina, carne de aves, açúcar e soja como coerentes com o previsto pela teoria de H-O, pois, apresentam elasticidade positiva e são estatisticamente significantes. Dessa forma, quando o número de trabalhadores empregados nesses setores oscila positivamente quando há variações positivas nas exportações. O coeficiente de determinação R^2 que é uma medida do grau de ajuste do modelo, com exceção do setor da soja, mostrou-se estatisticamente aceitável.

Tabela 5: Coeficientes de elasticidade emprego-exportação por setores selecionados

	Café	Carne Bovina	Carne de Aves	Fumo	Soja	Suco de laranja	Açúcar
B	0,3125 (1,32)	0,6857 (11,29)	0,3358 (9,14)	0,1561 (0,57)	1,4863 (3,36)	-0,1068 (-0,84)	0,0701 (2,19)
R2	0,7638	0,4786	0,3741	0,7686	0,0130	0,4143	0,5382
Observações	96	96	96	96	96	96	96

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da base de dados da pesquisa. Estatística t entre parênteses. Nota: Os desvios padrão dos resíduos foram corrigidos para autocorrelação (Newey-West) pelos testes *d* de Durbin-Watson e de Breusch-Godfrey (BG).

A despeito da significância estatística, as elasticidades do emprego com relação às exportações nesses setores, com exceção do setor produtor de suco de laranja, apresentaram-se positivos. Dessa forma, adéquam-se à previsão do modelo H-O pois o número de trabalhadores empregados nesses setores oscila positivamente quando há variações positivas nas exportações.

Nos setores cujos parâmetros apresentaram significância no caso da carne bovina, por exemplo, uma variação de 1% na quantidade exportada acarreta uma variação de 0,68% no número de empregos. No caso da carne de aves elevações nessa mesma ordem das exportações provocam elevações de 0,33% no nível de emprego ao passo que no açúcar esse percentual é de apenas 0,07%. No caso da soja, a sensibilidade do emprego às exportações apresentou-se elevada indicando um aumento de 1,48% no nível de emprego a cada aumento de 1% da quantidade exportada.

Para tornar mais compreensível essa informação pode-se fazer um exercício considerando as exportações de 2007 dos setores e a mão-de-obra (MO) empregada neles, como representado na tabela 6:

Tabela 6: Exportação dos setores e mão-de-obra empregada - 2007

Setor	Exportação 2007 US\$	Exportação 2007 (kg)	MO empregada 2007
Carne Bovina	1.219.898.211	180.058.600	437.382
Soja	427.120.273	18.594.584.100	95.311
Carnes de Aves	149.546.680	169.825.000	239.666
Açúcar	304.238.891	800.432.300	1.012.233

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Eurostat e CAGED/MTE.

Supondo um incremento de 1% nas exportações dos setores apresentados na tabela 9, isso provocaria um acréscimo na mão-de-obra. A tabela 7, a seguir, apresenta o produto do número de trabalhadores empregados nos setores pelas respectivas elasticidades sugeridas pela regressão linear.

TABELA 7. Perspectiva para o emprego rural em 2007.

Setor	Exportação (US\$) ↑ 1%	Exportação (kg) ↑ 1%	Δ MO de acordo com a elasticidade	Empregos a mais	Kg/a cada novo emprego	US\$ a cada novo emprego
Carne Bovina	1.232.097.193	181.859.186	440.356	2.974	605	4.102
Soja	431.391.475	18.780.529.941	96.722	1.411	131.820	3.028
Carnes de Aves	151.042.147	171.523.250	240.457	791	2.147	1.891
Açúcar	307.281.280	808.436.623	1.012.942	709	11.297	4.294

Fonte: Elaboração com base nos dados da pesquisa e da regressão.

A carne bovina, por exemplo, em 2007 gerou exportações da ordem de 1,2 bilhão de dólares ou 180 milhões de kg e deteve uma mão-de-obra formalmente empregada na criação e abate de bovinos que soma 437.382 trabalhadores atualmente. Um aumento de 1,8 milhões de quilos - ou US\$ 12 milhões - em exportações desse tipo de carne geraria em torno de 2.974 novos empregos. Em outras palavras a cada 605 kg de carne bovina exportada a mais, um novo emprego seria gerado nesse setor.

No setor produtor de carne de aves, no qual a receita com exportações em 2007 foi de quase US\$ 150 milhões, o que correspondeu a 169.825.000 kg, e a mão-de-obra empregada formalmente era de 239.666 assalariados, essa proporção seria de um milhão e meio de dólares a mais nas exportações. Isto é, 1,7 milhões de quilos a mais que provocaria uma criação de 791 novos postos de trabalho. Um novo posto de trabalho criado a cada 2.147 quilos - US\$ 1.891 dólares - a mais com exportações de carne de aves.

Na soja a sensibilidade às exportações por parte do nível de emprego apresentou-se elevada. Com base nos dados de 2007, quando foram exportados 18,5 milhões de toneladas desse produto, uma receita de US\$ 2,1 bilhões, o setor empregava 340.830 trabalhadores. A elasticidade sugerida pelo modelo permite supor que a cada 1,85 milhões de toneladas, isto é, 21 milhões de dólares exportados a mais, têm-se 1.411 novos postos de trabalho formal. Um posto de trabalho a cada acréscimo de receita de exportação no montante de US\$ 3.027 ou de 131.820 kg

Quanto a produção do açúcar, com elasticidade de 0,07%, a menor detectada pelo modelo, um aumento de 1% na quantidade exportada produziria um aumento de 709 novos postos de trabalho formal. Isso pode traduzir-se em um novo posto de trabalho a cada aumento de 11.296 kg exportados ou US\$ 4.293 dólares a mais na receita de exportação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar e descrever o comportamento das exportações e dos níveis de emprego dos setores produtores dos bens agropecuários selecionados nessa pesquisa foi possível perceber o crescimento no período estudado tanto das exportações como da mão-de-obra formalmente empregada nesses setores.

Embora, os sete bens analisados: carne bovina e avícola, soja, café, fumo, açúcar e suco de laranja; todos tenham apresentado crescimentos mútuos nas exportações e no nível de emprego, a elasticidade emprego-exportação identificada pelo modelo de regressão linear foi significativa em quatro setores: nas carnes de boi e aves, na soja e no açúcar.

O resultado da regressão do modelo sugere que esses setores apresentam uma elasticidade positiva do emprego em relação às exportações dos bens. Destaque-se nesse sentido a elasticidade da soja, 1,48% de elevação no emprego a cada aumento de 1% das exportações em quantidade. Os demais setores que apresentaram significância estatística também demonstraram relativa sensibilidade: 0,68% para carne bovina, 0,33% para aves e 0,07% para o açúcar.

Esse crescimento corresponde ao que a teoria de HO prevê. Isto é, em bens cuja produção é intensiva em fatores em que o país ou o bloco é abundante, a

competitividade é fato e esse país (bloco) terá vantagem no comércio internacional. Na medida em que isso ocorre, a demanda pelos fatores envolvidos nessa produção se eleva.

Os resultados também sugerem que a formação do MERCOSUL pode ter fortes repercussões no mercado de trabalho agrícola, principalmente no complexo da soja. Uma vez eliminadas as barreiras comerciais, como proposto pelas negociações, a desoneração dos produtos agrícolas brasileiros provocaria uma diminuição do preço relativo desses no comércio internacional elevando suas exportações. Os impactos, no nível de emprego, de acordo com o observado, poderiam ser positivos e expressivos.

No caso dos setores produtores de fumo, café e suco de laranja, a não significância da elasticidade entre emprego e exportação pode refletir variáveis que não foram captadas pelo modelo.

Algumas hipóteses podem ser levantadas, tais como o aumento da produção de etanol em detrimento da produção de açúcar dentro do setor sucroalcooleiro nos últimos anos da série em estudo, ou seja, 2006 e 2007. No caso do fumo tem ocorrido um decréscimo na produção interna e no caso do suco de laranja, as restrições não-tarifárias têm reduzido o número de parceiros comerciais para a compra do produto mesmo dentro da UE.

Percebe-se que, um aumento na demanda do emprego pode decorrer de aumentos das exportações estimulados pela eliminação das barreiras, uma vez que haveria especialização do país em bens intensivos no fator cuja dotação é abundante. A participação do Brasil no MERCOSUL provocaria um crescimento na absorção da mão-de-obra nos setores produtores das principais *commodities* agrícolas, mesmo naqueles que sofreram alguma deterioração nas suas exportações.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, Jorge Saba; e CORSEIUL, Carlos Henrique, Liberalização Comercial e Estruturas de Emprego e Salário. Revista Brasileira de economia, Rio de Janeiro, v.58, n.4, pg.485-505, OUT/DEZ 2004.

Currie, J. & Harrison, A. (1997). Sharing costs: The impact of trade reform on capital and labor in Marroco. Journal of Labor Economics, 15:s44–s71.

Departamento de Comunicação da CNA - Disponível em: http://www.soeconomia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=695&Itemid=108 Acesso em: 02/04/2008

EUROSTAT: <http://epp.EUROSTAT.ec.europa.eu>. Acesso em: mai-jul. 2008

GONÇALVES, R., BAUMANN, R., & DELORME PRADO, L. C. & CANUTO, O. - A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. São Paulo, Ed. Campus, 1998.

GUJARATI, D. N. Econometria Básica. 3. Ed. São Paulo. Pearson Makron Books, 2005.

GURGEL, A.C, BITENCOURT, M.B, TEIXEIRAM E.C. Impactos dos acordos de liberalização comercial Alca e MERCOEURO sobre os países membros. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. ABR/JUN 2002.

HANSON, G.H. HARRISON, A (1999) "Trade, Technology and Wage Inequality" National Bureau of Economic Research, Working Paper no 5110, maio.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Disponível em: <www.ibge.com.br>

KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: Teoria e política. São Paulo: Makron Books, 1999.

KUME, H. et al. Acordo de Livre Comércio MERCOSUL – União Européia: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro. ANPEC, 2006.

LOPES, L. M. VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 2ª. Edição, São Paulo: Atlas, 2000.

Marquez, G. & Pages, C. (1997). Trade and employment: Evidence from Latin America and the Caribbean. Inter-American Development Bank, mimeo.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento : www.agricultura.gov.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sti/proAcao/ProjCooperComEuropeia/ProjCooperComEurope.php>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – *Revista Intercâmbio Comercial do Agronegócio*. 2006

Portal do Agronegócio: www.portaldoagronegocio.com.br

Rama, M. (1994). The labor market and trade reform in manufacturing. In Connolly, M. & de Melo, J., editors, *The Effects of Protectionism on a Small Country*. World Bank Regional and Sectoral Studies, Washington.

REVENGA, A (1997) Employment and Wage Effects of Trade Liberalization: The Case of Mexican Manufacturing. *Journal of Labor Economics*, vol 15, no 3, pt 2, p. s21-s43.

SÁ PORTO, Paulo C. de, AZZONI, Carlos R. HOW INTERNATIONAL INTEGRATION AFFECTS THE EXPORTS OF BRAZILIAN STATES. European Regional Science Association (ERSA). São Paulo. 2005.

SOARES, M. L. R. EFEITOS DAS BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA PARA UNIÃO EUROPÉIA NO PERÍODO DE 1996 A 2005. Uma análise de equilíbrio parcial. Monografia. João Pessoa.